

Silêncios e diálogos: o catolicismo e a defesa dos direitos sociais e humanos ante à intolerância política da ditadura militar no Brasil (1964-1985)

Lucília de Almeida Neves*
Mauro Passos**

RESUMO

Os anos 1964-1985 se caracterizam pela mobilização popular e pela emergência de uma poderosa vontade de mudança social. Queria-se uma libertação das opressões históricas que a maioria do povo vinha sofrendo. Paradoxalmente, foi um tempo de autoritarismo e desrespeito aos direitos sociais e humanos. Este trabalho pretende analisar o movimento do catolicismo brasileiro, especialmente sua luta por esses direitos. Diversos aspectos atuam e influenciam no contexto político-religioso desse período. A reconstrução do significado desse movimento valeu-se de ampla documentação. Apesar dos entraves e das limitações, o catolicismo fez seu percurso e assinalou um passo importante na trajetória histórica desse período. Na compreensão e análise desse caminho, está a proposta deste estudo

Palabras clave: Catolicismo; Direitos sociais e humanos.

Os muros permanecem
Calados e frios
Ao vento
Batem as bandeiras.
(HEINER MÜLLER)

A PALAVRA TOLERÂNCIA TEM uma história atormentada. Etimologicamente vem do latim *tolerantia, ae* que significa constância em sofrer. No **Dictionnaire de l'Academie** de 1694, a tolerância é definida como a “indulgência para com o que não se pode impedir”. No entanto, a **Encyclopedie** qualifica-a de “virtude”. Não vem ao caso explicitar outros significados que o termo comporta, considerando o aspecto que nos interessa para este estudo.

* Profa. Dra. Lucília de Almeida Neves: Professora do Mestrado em Ciências Sociais – Gestão das Cidades e do Departamento de História da PUC Minas.
** Prof. Dr. Mauro Passos: Professor do Curso de Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso do Departamento de Filosofia e Teologia da PUC Minas e Instituto Santo Tomás de Aquino (Ista).

Em nossos dias, tornou-se base essencial das democracias atuais, isto é, o respeito pelas opiniões do próximo. No aspecto religioso, Antônio Houaiss esclarece a liberdade de cada um para praticar a religião que professa. O teólogo católico Panikkar, de pai hindu, afirmou em uma entrevista: “Uma religião que se fecha fica sufocada e morre... Quem conhece apenas sua religião nem mesmo a conhece” (DELUMEAU, 2000, p. 379).

A questão da defesa dos direitos dos cidadãos balança a marcha do catolicismo no Brasil no período compreendido entre 1964 e 1985. O posicionamento da Igreja católica demonstra seu envolvimento nessa causa, sua oposição ao regime e suas inovações pastorais. Ela se torna muito mais popular assumindo “a voz dos que não têm voz”, questionando, interrogando e exercendo pressão e oposição contra as arbitrariedades do regime militar. Eliseu Lopes, ex-dominicano, faz a seguinte afirmação sobre seu envolvimento em questões sociais e políticas durante o regime militar: “Antes, eu nunca tinha me dado conta de uma militância propriamente política. Mas também nunca tive muita abertura para esse negócio, para questões de ordem política. Quer dizer, eu comecei a sentir a barra através das pessoas. Através das pessoas” (DEPOIMENTOS, 2000).

Este trabalho pretende analisar o movimento do catolicismo brasileiro na luta pelos direitos humanos e sociais diante da intolerância política orquestrada pelo regime militar. O binômio direitos sociais e direitos humanos determina, neste texto, um mesmo ponto de partida – o conceito, a perspectiva histórica e um projeto a ser encarnado diante da intolerância política do regime militar. Essa dupla expressão circunda pessoas, grupos e classes sociais. O envolvimento do catolicismo nessas questões contribuirá para renovar sua própria prática. Estaremos privilegiando a atuação dos militantes católicos progressistas. Os depoimentos de Dom José Maria Pires, Arcebispo Emérito da Paraíba; Dom João Resende Costa, Arcebispo Emérito de Belo Horizonte; Eliseu Lopes, ex-dominicano; Frei Cláudio Van Balen, Frade Carmelita residente em Belo Horizonte, demonstram um novo movimento no catolicismo brasileiro. Esses interlocutores acompanharam e atuaram na Igreja católica após o golpe militar de 31 de março de 1964. Para considerar nosso tema de estudo, vamos considerar alguns elementos que antecedem o período demarcado, uma vez que um canteiro de obras começou a ser construído antes do golpe militar.

Um redemoinho de imagens compõe o cenário brasileiro de 1960. Atravessa a bruma do tempo e vai-se hospedando na sombra do catolicismo. Solicita interpretações. Pergunta questiona e desafia. Momento de crises. Crises. Foram anos de efervescência e mobilização popular. Paradoxalmente, foi também um tempo de autoritarismo e desrespeito aos direitos humanos. Na verdade, por seu impacto na sociedade brasileira, essa conjuntura merece ser mais trabalhada, analisada e pesquisada, considerando os diferentes sujeitos históricos que modularam esse quadro.

A década de 1960 pode ser dividida em duas fases. A primeira antecedeu ao regime militar autoritário e corresponde aos quatro primeiros anos. A segunda teve sua marca inicial em 1964 e corresponde à implantação desse regime. No seu conjunto, foi um período complexo, caracterizado pelo cultivo e pela frustração de diferentes utopias. Era preciso vencer a perplexidade, superar o medo e plantar as sementes de uma revolução ou, então, mobilizar forças para diversas reformas sociais. Período rico de elaboração política, de acertos e erros. Os retalhos que restam na memória abrigam crises, insurgências, heroísmos de uma realidade em movimento. Lembram, ainda, o silêncio orquestrado de vozes silenciadas. Forma(s) de resistir à intolerância política.

A travessia desse tempo pontua lembranças, situações, acontecimentos, discursos, menções. Deambula por lugares conhecidos, como também por aspirações diversas. O novo lugar que, progressivamente, o catolicismo foi ocupando na sociedade brasileira, nesse período, modificou seu perfil tanto interna quanto externamente. Com isso, a imagem tradicional da Igreja, sua linguagem e sua projeção na sociedade apresentavam nova direção. A instituição eclesiástica começava a abrir novos horizontes em sua práxis. Este trabalho pretende compreender, particularmente, três aspectos centrais: o lugar e a função do catolicismo na sociedade brasileira, os condicionamentos históricos e religiosos que possibilitaram sua mudança interna e externa, o novo modo de ser Igreja. Essa articulação com o universo social é aspecto importante para a compreensão da história religiosa.

Trata-se de um período bastante ambíguo, já que a realidade que circunda o catolicismo intriga seu percurso no contexto brasileiro. Como se situar diante das incertezas do presente e avizinhar-se de temas e situações que bradam por justiça, liberdade, participação? Como articular experiência de fé e compromisso

social num regime autoritário e intolerante? Uma característica desse período foi buscar caminhos mais bem sintonizados com os desafios da realidade brasileira.

CONVERSÃO AO MUNDO: NOVIDADE OU VOLTA?

O desenho do catolicismo brasileiro comporta diversidade de atos e atores. Como dar sentido ao seu passado? Um possível limite cronológico pode ser feito entre o final de 1950 e o início de 1980. As relações entre catolicismo e sociedade possibilitam diálogo, maior união e diversos pontos de convergência.

O tecido histórico da década de 1960 convida-nos a um movimento no olhar que vislumbre a pluralidade do período. O pensamento religioso não evolui sozinho no espaço simbólico. Ele interage com outras formas de pensamento e outras esferas de organização social, política e cultural.

A alvorada da década de 1960 encontrou a sociedade civil brasileira extremamente polarizada. Respirava-se política por todos os poros. O apelo popular do governo Jango, iniciado em meados de 1961, era muito forte; no entanto, as forças opositoras também estavam muito mobilizadas. Na verdade, estavam em jogo dois projetos substancialmente diferentes para o Brasil. Duas vozes dissonantes.

De um lado, reuniam-se, em uma ampla frente que lutava por transformações, os movimentos populares, os sindicatos, os estudantes articulados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), as ligas camponesas, os militares nacionalistas, as frentes parlamentares reformistas, os socialistas, os comunistas, o clero e os leigos dos movimentos católicos progressistas. A posição desses grupos, de modo geral, coincidia com a idéia de se proceder a uma ampla reforma econômica e social no Brasil. Reforma de cunho socialista popular, cujo objetivo era, sobretudo, alcançar desenvolvimento pleno, mediante a superação das condições de subdesenvolvimento. Momento de desafio perante os problemas de ordem política, econômica, educacional, religiosa. Nesse período, alguns leigos e alguns membros da hierarquia católica começaram a se interessar por problemas fundamentais – família, educação, reforma agrária, desenvolvimento econômico, educação. Era um período que antecedia as eleições no País. Essa era uma atitude nova do catolicismo brasileiro,

procurando balizar a pastoral com referências na realidade histórica.

Em outra posição, diametralmente oposta, situavam-se diversos setores da sociedade brasileira que, por meio de um postura simultaneamente modernizante e conservadora, apostavam em um programa de desenvolvimento econômico arrojado, internacionalizado, menos voltado para a produção de artigos destinados ao consumo popular e mais direcionados, por um lado, para implantação de indústrias de ponta; por outro, para preservação da estrutura agrária do País. Nele se agregam militares vinculados à Escola Superior de Guerra, proprietários rurais, setores do empresariado nacional, parlamentares ligados, principalmente, à UDN, investidores internacionais, segmentos expressivos da classe média e setores conservadores da Igreja católica.

Nesse caminho, a influência da política norte-americana se faz sentir sobremaneira. A Aliança para o Progresso, lançada pelo presidente John Kennedy, propunha um programa para atender às necessidades do Nordeste.

Como compreender o significado de ser cristão nesse contexto? Seria um novo estatuto? Um desvio do espiritual e do religioso? Como compreender a missão da Igreja no nível religioso? Daí desponta claro o significado de ser cristão nesse contexto histórico brasileiro. Um novo passo resulta de novos contatos com novas formas de pensamento e de ação. Assim, diversos organismos, institutos e frentes de trabalho foram criados, sob a orientação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o objetivo de preparar os religiosos e os agentes de pastoral para o trabalho social – o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrades), o Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social (Ceris) –, para orientar as pesquisas e os trabalhos dos católicos.

Com a eleição de João XXIII, novas contribuições e motivações marcaram o rumo da Igreja no Brasil. Suas encíclicas **Mater et magistra** (1961) e **Pacem in terris** (1963) contribuíram para a renovação do catolicismo. A Comissão Central CNBB publicou uma declaração, em 1963, denunciando a situação social:

Ninguém desconhece os clamores das massas, que, martirizadas pelo espectro da fome, vão chegando, aqui e acolá, às raias do desespero. [...] O rolo compressor de certos grupos insaciáveis, pela dinâmica do lucro exorbitante, pela ganância incontrolável e ilimitada, tem causado o agravamento da situação política, econômica e

social do País. Não nos referimos, evidentemente, às pequenas e médias empresas, nem à classe média sempre mais sacrificada e rarefeita. Referimo-nos aos que, a pretexto de combaterem o comunismo com medo de perderem seus privilégios, alimentam paradoxalmente a propaganda das idéias subversivas e esgotam a paciência dos pobres (CNBB, 1963, p. 627, 628).

Vale destacar a mudança de linguagem do documento. Em nível de discurso, o texto articula a questão da classe social com o sistema constituído. As palavras estruturam-se em uma totalidade significativa. Há preocupação maior do que simplesmente informar ou explicar. Não se trata de uma palavra ou frase dita às camadas populares ou às classes dominantes. É uma nova entidade que estabelece relação com o que está acontecendo no nível político, econômico, social e suas conseqüências para a vida humana, tanto pessoal quanto coletiva. Portanto, o discurso não constitui um fim em si mesmo, nem pretende, apenas, veicular mensagens e valores religiosos, mas possui objetivo maior – interagir socialmente. Em 1966, os bispos do Regional Nordeste II reafirmam o conteúdo de um manifesto da Ação Católica Operária sobre a situação precária e desumana dos trabalhadores do Nordeste. Esses elementos contribuíram para continuar e dinamizar o envolvimento do catolicismo nas questões sociais e na defesa dos direitos humanos. Nessa mesma linha, afirma Dom José Maria Pires:

Dois fatos provocaram minha conversão – a realização do Concílio Vaticano II e a realidade do Nordeste. Foi exatamente o golpe de 1964 que atingiu profundamente os direitos humanos. Quando estava em Araçuaí, comecei a reagir contra as violações dos direitos humanos: prisão de pessoas, prisão de suspeitos, torturas. (DEPOIMENTOS, 2002)

Essa declaração nos mostra um quadro de mudanças pelos quais a Igreja passava no Brasil, particularmente com seu envolvimento nas questões sociais. Era, ainda, um projeto. Esse novo tecido faz parte de um encadeamento de fatores que foram amadurecendo em formas de organização e articulação entre os setores pastorais e os líderes religiosos. Segundo esse prelado, ainda era necessário formar, num espaço de dois anos, o Conselho de Presbíteros, o Conselho Pastoral e o Colégio dos Consultores.

Em 1968, um acontecimento marcou uma nova etapa do catolicismo na América Latina – a 2ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín, Colômbia. Fruto de con-

dições históricas sociais e religiosas, que tiveram início na década de 1950, esse evento trouxe novas esperanças para o catolicismo. Era a segunda vez que o episcopado desse continente se reunia. A primeira conferência ocorreu em 1959, na cidade do Rio de Janeiro e priorizou as questões internas da Igreja. Medellín, ao contrário, voltou-se para os problemas da América Latina. As diversas comissões consideraram como ponto de partida de seus trabalhos a realidade histórica desse continente. A escuta do Outro ante a intolerância do regime militar, do seu silêncio e de sua arbitrariedade. De mero consumidor, o leigo passa a sujeito participante, sujeito ativo. Sua participação foi ganhando corpo e expressão nas comissões, nas pastorais, nos grupos de reflexão. Com ele, o percurso popular da Igreja Latino-Americana vai adquirindo outros contornos e novas formas, buscando abranger a justiça social, uma educação libertadora, a paz e a promoção humana. Todos esses temas estão contemplados em Medellín.

ESBOÇO DE UMA PRÁTICA: OLHANDO PARA A FRENTE

O catolicismo, para o qual nosso olhar se volta, é, em primeiro lugar, aquele que molda novos espaços no horizonte dos direitos sociais e humanos. O processo de mudança por que passava teve novo impulso e grande criatividade, a partir da década de 1960. Vários elementos fora do eixo eclesiástico contribuíram para conduzir esse processo e, ao mesmo tempo, refletir sobre o que estava em jogo na sociedade brasileira.

O distanciamento do poder estabelecido, a aproximação e identificação do catolicismo brasileiro com a causa das camadas populares fizeram com que o acolhimento dos desafios e dilemas alargasse, sempre mais, seu horizonte. Os programas e as atividades de clérigos e leigos ganharam novo corpo. A partir de 1960, ocorre maior articulação e uma sistematização mais abrangente. A participação popular vai demonstrando maior consciência crítica no plano político e social. No entanto, em 1964, o regime autoritário trouxe consigo as marcas do desrespeito aos direitos civis, políticos e sociais. Eram os anos de chumbo que se iniciavam, caracterizados pela perseguição aos dissidentes e a todos aqueles que, de alguma forma, a ele se opusessem. Nesse contexto político, ocorre uma relação de mútuo apoio nas diversas iniciativas, manifestações e organizações. Ao empunhar

a bandeira dos direitos sociais e humanos, o catolicismo entra num confronto direto com o Estado, principalmente, depois da publicação do Ato Institucional n. 5 (AI-5). Com esse “golpe dentro do golpe”, o Congresso foi fechado, a liberdade civil e de imprensa eliminadas. Assim, os serviços de informação e coerção ganharam carta-branca para adotar medidas extremas contra a oposição ao regime. Durante a XI Assembléia Geral da CNBB, em maio de 1970, foi produzido um documento que denunciava os abusos do regime militar e sua intolerância diante daqueles que lutavam a favor da justiça social:

Não podemos admitir as lamentáveis manifestações da violência, traduzidas na forma de assaltos, seqüestros, mortes ou quaisquer outras modalidades de terror. [...] Pensamos no exercício da JUSTIÇA, [...] que, sinceramente, cremos estar sendo violentado, com freqüência, por processos levados morosa e precariamente, por detenções efetuadas em base a suspeitas ou acusações precipitadas, por inquéritos instaurados e levados adiante por vários meses, em regime de incomunicabilidade das pessoas e em carência, não raro, do fundamental direito de defesa. (CNBB, 1970-1971, p. 85-86)

O documento é uma forte denúncia contra o autoritarismo absoluto. A censura e a onda repressiva do regime militar, particularmente durante a presidência do General Médici, silenciaram os focos de oposição. Nesse período, a Igreja católica foi importante núcleo da oposição. Os episódios que se seguiram ao AI-5 foram decisivos para uma atuação mais crítica da Igreja. Segundo Dom José Maria Pires, padre da diocese de Araçuaí, o Pe. Sebastião Gomes estava sendo seguido na paróquia. Alguns policiais ouviam suas pregações e o acusavam de subversivo. Como defendia o direito das pessoas e denunciava as arbitrariedades do regime militar, foi detido. Diante disso, ele foi a Belo Horizonte encontrar-se com o General Guedes para explicar a situação. Teve de esperá-lo alguns dias, pois estava viajando. Quando se encontraram, conversaram, discutiram vários assuntos. E uma observação desse militar foi a seguinte: “Vocês estão espalhando subversão por aí”. No final da conversa, Dom José lhe pediu uma declaração de que “nenhum padre de sua diocese seria chamado a depor, sem primeiro se ter conversado com o bispo” (DEPOIMENTOS, 2001). Não se tratava mais de abordar o tema da justiça e dos direitos sociais e humanos como um ideal a ser alcançado, de forma abstrata ou conceitual. Trata-se de avançar na sua conquista de forma concreta.

Nessa mesma linha, Dom João Resende Costa chama a atenção para o posicionamento da CNBB diante do regime militar: “Tenho a impressão de que a CNBB soube ser uma presença séria, não abrindo mão de seus direitos e deveres. Soube conviver com um regime que não era o melhor nem para a Igreja nem para o povo” (ANTONIAZZI, 2002, p. 58.). Cumpre assinalar a importância capital desses depoimentos, num momento de conflito entre o poder político estabelecido, o catolicismo/as camadas populares e os militantes políticos. A Igreja participa ativamente desse momento histórico e descobre a face trágica do regime de exceção. Com isso, empreende posicionamento diferente no seu interior e na sua forma de se relacionar com as pessoas, os grupos organizados e os militares.

Dentro desse contexto, a Comissão Justiça e Paz, instalada oficialmente em outubro de 1969, adotaria os mesmos princípios da encíclica **Populorum progressio**. Nesse mesmo ano, como resposta ao AI-5, a CNBB manifestava sua preocupação para com a política econômica adotada e criticava qualquer sistema que colocava o lucro acima da pessoa humana. Essa Comissão foi o órgão do laicato na ação da Igreja como “voz das injustiças sem voz”. Denunciou, dialogou, testemunhou, num esforço de comunhão com os silenciados.¹

Assim, a Igreja se diferenciava dos períodos anteriores. Uma série de fatos e situações sociais favoreceram sua evolução política e religiosa e renovaram sua ação. Esse sombrio clima provocou diversas respostas da hierarquia eclesial. De certa forma, fortaleceu a posição do grupo mais progressista e engajado. Essa mudança afetou, ao mesmo tempo, sua visibilidade histórica e sua própria autocompreensão.

Os direitos humanos e sociais assumiram conotações e interpretações diversas na história do catolicismo brasileiro. Há silêncios, omissões, desacertos e acertos. Muitos leigos, alguns sacerdotes e bispos se envolveram nos conflitos políticos e sociais. O regime político se posicionava na contramão dessa orientação. Desencadeou-se, assim, uma onda de violência contra todas as lideranças e mobilizações populares que não estavam de acordo com o regime. A intolerância política possibilitou uma torrente de repressão, extremamente violenta, em todo o País. Nesse contexto, a luta a favor dos direitos sociais e humanos possibilitou movimentação de vários setores sociais, particularmente do grupo dos católicos progressistas. Aos ataques difa-

¹ A propósito, lembramos o estudo de MENDES, Cândido; BANDEIRA, Marina. **Comissão Brasileira Justiça e Paz (1969-1995): empenho e memória**. Rio de Janeiro: Educam, 1996.

² Esse documento traz um histórico sobre a repressão na Igreja do Brasil e a causa dos direitos humanos. Apresenta também uma estatística sobre os índices de perseguição, morte e atentados à população brasileira. Elenca os textos oficiais da CNBB a favor dos direitos humanos.

matórios a Igreja responde com denúncias, lutas e seu envolvimento contra a intolerância política. Em 1968, uma série de manifestações de protesto contra o regime militar ocorreu na celebração da missa de 7º dia, pelo assassinato do estudante Edson Luís (COMISSÃO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL DOS DIREITOS HUMANOS E MARGINALIZADOS, 1978, p. 8).² O governo reagiu contra esse fato. Em novembro desse mesmo ano, ocorre em Belo Horizonte a prisão de três padres franceses e de um diácono brasileiro. A reação da arquidiocese foi imediata. Dom Serafim Fernandes de Araújo e Dom João Resende Costa escrevem as homilias para serem lidas nas missas. Recuperando a lembrança desse vivido, afirma Dom João:

O episódio dos padres franceses foi uma situação difícil. Dias muito duros, Naquele momento, eu fiz algumas homilias para serem lidas nas paróquias. Eu não gosto dessas coisas, gosto de trabalhar com mais harmonia, tranquilidade, mas tivemos que conviver com aquela efervescência. Mas, pelo menos, orientamos o povo. Isso fez com que a Igreja fosse respeitada. Os militares viram que não estávamos de olhos fechados. (ANTONIAZZI, 2002, p. 58-59)

Nesse panorama, a Comissão Central da CNBB publica, em setembro de 1969, uma nota com o título: “Igreja na atual conjuntura”. Faz uma análise sobre os acontecimentos nacionais, os abusos de autoridade, a injustiça social e os atentados contra a dignidade da pessoa humana. No final, o documento afirma: “Fazemos nossas as conclusões de Medellín, as diretrizes Conciliares Pontifícias, em matéria de filosofia social. [...] para que o Brasil, de fato, se reencontre, sob a inspiração da justiça e da liberdade, do amor e da verdade” (CNBB, 1977, p. 35).

Em meio às duras carências da população do Nordeste, diversos bispos, leigos e, ainda, movimentos foram configurando o Movimento de Natal.³ Era um movimento cristão integral. Foi uma ação conjugada de evangelização e de ação social.

Um acontecimento fecundo foi o Primeiro Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais do Norte e Nordeste em 1961. Nesse evento, o então Ministro do Trabalho, Franco Montoro, reconhecia os 22 sindicatos rurais organizados pela Igreja católica (AZZI, 1981, p. 77). Pode-se perceber um alinhamento de forças, com vistas à transformação social. Os setores progressistas do catolicismo estavam aí circunscritos. Importantes setores da Igreja católica comprometeram-se com as questões sociais. A prática evangelizadora começava pela análise da realida-

³ A propósito, lembramos o estudo de Frei Oscar Lustosa sobre a “Ação Social da Igreja e dos católicos no Brasil”, que descreve os diversos projetos, movimentos e formas de organização. Considera a influência de várias encíclicas sociais e o contexto histórico brasileiro. Foi publicado no Boletim do CEPEHIB.

de, pelo engajamento político e abria caminho para as questões sociais e humanas.

Em 1961, com apoio da CNBB, as experiências e o serviço de Escolas Radiofônicas ganharam caráter oficial. Assim, consolida-se e se amplia o Movimento de Educação de Base (MEB). Nasceu de um convênio entre a CNBB e o governo Jânio Quadros, em 1961 (WANDERLEY, 1984, p. 48-49).⁴ Esse programa, na realidade, estará atingindo diversas regiões do País. Pode-se, ainda, acrescentar o movimento da Ação Católica.

Nesse processo, o Encontro de Jornalistas Católicos fez horizonte na capital mineira, em 1963. Nesse mesmo ano, o jornal **Brasil, Urgente** editava seu primeiro número, sob a orientação do dominicano Frei Carlos Josaphat, em São Paulo. Era um instrumento de reflexão sobre os problemas sociais e políticos dos militantes católicos. Teve importante papel para a reflexão e organização política, particularmente, nos centros urbanos, tais como: congressos, passeatas, manifestações estudantis e operárias.⁵ Os frades dominicanos tiveram atuação muito significativa nesse período. A presença entre os jovens, a preocupação e a promoção social demonstram sua força e atuação nos setores mais progressivos da Igreja católica. Estavam presentes em diversas regiões do Brasil e sempre militando pelos direitos sociais e humanos. Isso passou uma imagem de que eram simpatizantes aos movimentos de esquerda. Muitos afirmavam ser a esquerda católica. Eliseu Lopes, ex-dominicano, faz a seguinte afirmação sobre a Conferência de Medellín: “A grande passagem de Medellín foi isto: em vez de ficar fixado em Cristo é preciso fixar-se no homem real que está aí, no homem latino-americano” (IBIDEM).

A Teologia da Libertação foi um salto significativo nesse processo, juntamente com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Durante o regime militar, as CEBs resistiram às imposições e tornaram-se espaços para que os grupos pudessem se expressar religiosa e politicamente. Representantes da hierarquia católica foram se opondo ao regime militar, traduzindo em denúncia as arbitrariedades praticadas e dando, ainda, amparo às pessoas perseguidas. Alguns se tornaram também vítimas do autoritarismo, sofrendo prisões, expulsão do País, difamação, atentados e assassinatos.

O envolvimento do catolicismo brasileiro se fez sentir, em vários níveis e sob diversas formas, pela causa dos direitos sociais e humanos. No período da ditadura militar, o convento dos domi-

⁴ Esse autor tem um clássico estudo sobre o MEB. Fornece muitos subsídios sobre a origem desse movimento, como também esclarece sua organização, seus princípios, seus avanços e suas possibilidades.

⁵ A reconstituição da história desse jornal e, mais particularmente, dos personagens cristãos que antecedem ao golpe de 1964, está no estudo feito por BOTAS, Paulo C. Loureiro. **A bênção de abril – Brasil, urgente: memória e engajamento católico (1963-64)**. Petrópolis: Vozes, 1983.

nicanos acolheu muitos militantes políticos. Eram vistos, por isso, com desconfiança tanto pela parte conservadora quanto pelos militares. Seguindo sua trajetória na Ordem dos Dominicanos, nesse período, Eliseu Lopes faz um relato da atuação dos frades à época do regime militar. Ao comentar as atitudes repressoras dos militares, declara que o conventos dos dominicanos sempre acolheu refugiados políticos: “Chegavam ao convento do Rio, pessoas de São Paulo e de Minas, que estavam fugindo da perseguição, da repressão. Gente da JEC, da JUC e outros já profissionais. E o convento era um ponto de chegada” (DEPOIMENTOS, 2000). De diversas formas, vários segmentos da Igreja católica contribuíram para a defesa dos direitos humanos. Evoluíram, compreenderam sua imersão no tempo e a influência desse em suas estruturas. Nesse aspecto, tem particular importância a forma como Frei Cláudio compreende o papel da religião:

Não existe Deus isolado em si. [...] Então não é pela religião que você serve a Deus, é pela vida que você serve a Deus. Se a religião estiver bem ligada à vida, ela vai me ajudar a viver melhor, mas servir a Deus, só é possível servindo aos outros. E marcando presença no mundo, nas relações que levam a história para frente ou para trás. (DEPOIMENTOS, 1998)

Além de denúncias, os documentos, em âmbito oficial e pessoal, demonstram que não se tratava de uma questão isolada, abstrata ou individual. Era necessário buscar suas raízes e discutir com mais profundidade o seu significado e, assim, avançar na conquista desses direitos.

Em 1975, a questão do menor aparece de forma explícita nos planos da CNBB, como uma pastoral especial. Aos 30 de abril, foi realizado o 1º Encontro Nacional de Pastoral junto ao Menor Desassistido. Destaca nesse trabalho a ação de Dom Luciano Mendes de Almeida, Bispo Auxiliar de São nesse período. Alguns temas específicos começam a compor a ação religiosa. Entre outros, merecem destaque os aspectos ligados à ética, à etnia e ao gênero. Em 1985, foi criado o programa “Mulher e Teologia”. Na Bahia, merecem ser lembrados os cursos pré-vestibular para negros, promovidos pela Pastoral Negra da Bahia. Alguns organismos ligados à CNBB deram singular contribuição para o avanço e continuidade da presença do catolicismo nas questões sociais, como os Centros de Estudos e Ação Social (CIAS), o Serviço de Colaboração Apostólica Internacional (SCAI), com

o propósito de estabelecer um programa de cooperação entre a Igreja do Brasil e a da América Latina. A partir de 1982, as atividades do CERIS foram organizadas em dois setores – o de estatística e o de pesquisas, que compreendia o Serviço de Análise de Projetos. Com isso ampliou sua atuação no âmbito de avaliação e assessorias a programas diocesanos, além de uma série de publicações sobre religiões e catolicismo.

A luta pela justiça social, na teoria e na prática, abriu novos horizontes para a Igreja católica.⁶ Novos serviços e novas experiências foram surgindo. O catolicismo foi ensaiando outros modos de agir e outras linguagens, em sintonia com os desafios da realidade brasileira. Isso alterou seu perfil institucional, sua função e seu lugar na sociedade brasileira. No entanto, a Igreja estava entrecortada por tendências diversas e divergentes. As brumas da crise que atravessavam a sociedade, atravessavam também o catolicismo. A tensão ideológica influenciou a tensão institucional, impregnada por determinações históricas de profundidade multissecular. Esse aspecto requer outros estudos, já que a intolerância política encontrou parceria em muitos membros da hierarquia e do laicato. Um grupo defendia a dinâmica da manutenção do poder e outro a dinâmica de serviço à causa libertadora. Sob os mais variados temas e orientações, vários projetos foram folheados com o objetivo de resistir à intolerância política. Assim, em 1979, foi promulgada a Lei da Anistia, fruto de difíceis negociações. Autores diferentes interagiram na construção do futuro. Os problemas nacionais continuam a existir. Estão aí, diante de todos, como um desafio permanente ante o novo modelo econômico internacional e o processo de globalização excludente. Trata-se de uma era social nova. Em seu depoimento, Frei Cláudio adverte:

Eu tenho a dizer que Deus já salvou todo mundo. Só falta aproveitarmos da riqueza que está por todo canto. Dentro de nós, ao redor de nós, nos problemas que nos cercam. Lá dentro não tem só problema, ameaça é também oportunidade. Mas nós é que temos que enxergar, assumir, trabalhar isso. (DEPOIMENTOS, 1998)

O período de intolerância, constituído pelo regime militar, repercutiu de maneira diferenciada entre os católicos. O silêncio, marca daquele tempo, é também ingrediente da memória sobre o que passou. A resistência como trincheira de luta contra os abusos e a intolerância da ditadura marcaram a história e a memória da comunidade católica. Hoje o conceito de tolerância

⁶ Sobre esse tema, lembramos nosso artigo: PASSOS, Mauro; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 93-131.

implica também o diálogo entre as religiões. Aceitar as diferenças e as novas formas de crer. Repensar o significado e a aventura da liberdade de viver. Caminho que pode trazer o homem de volta à sua humanização – nova ressurreição do Ser.

ABSTRACT

The years 1964-1985 were characterised by popular mobilisation and the emergence of a powerful wish for social change, in the sense of a liberation from historical oppressions suffered by most people. Paradoxically, it was a time of authoritarianism and disregard for social and human rights. This paper aims at analysing the movement of Brazilian Catholicism, especially its fight for those rights. Various aspects play a part in and influence the political and religious context of that period. A wide range of documents was used for reconstructing the meaning of that movement. Despite hindrances and constraints, Catholicism made its way and pointed out an important step in the historical development of the period. This paper aims at understanding and analysing that way.

Key words: Catholicism; Social and human rights.

Referências

1. Fontes escritas:

ANTONIAZZI, Alberto; NEVES, Lucília de Almeida; PASSOS, Mauro (Org.). **As veredas de João na barca de Pedro**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2002.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Comissão Arquidiocesana Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados. **Repressão na Igreja do Brasil: reflexo de uma situação de opressão (1968-1978)**. São Paulo: Artes Gráficas, 1978.

AZZI, Riolando. A igreja na defesa dos direitos humanos. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 37, n. 145, p. 106-142, mar. 1977.

BOTAS, Paulo C. Loureiro. **A bênção de abril: Brasil, urgente: memória e engajamento católico (1963-64)**. Petrópolis: Vozes, 1983.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Declaração da Comissão Central da CNBB. **Comunicado Mensal da CNBB**, n. 196/198, p. 11-15, 1969.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Documento da décima primeira assembléia geral da CNBB. **SEDOC**, n. 3, p. 85-86, 1970-1971.

IGREJA CATÓLICA; Papa (1958-1963: João XXIII). **As encíclicas sociais de João XXIII: Mater et magistra**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. 2v.

IGREJA CATÓLICA; Papa (1958-1963: João XXIII). **Carta encíclica Mater et magistra**. Petrópolis: Vozes, 1961.

PASSOS, Mauro; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 93-131.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **Educar para transformar: educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de base**. Petrópolis: Vozes, 1984.

Fontes orais:

RELATOS PESSOAIS DE FREI CLÁUDIO VAN BALEN concedidos em 18/09/1998 ao Programa de História Oral da Pesquisa Institucional da PUC Minas: “Catolicismo no Brasil Contemporâneo: da politização dos anos sessenta à espiritualização dos anos noventa”.

RELATOS PESSOAIS DE ELISEU LOPES concedidos em 25/3/2000 ao Programa de História Oral da Pesquisa Institucional da PUC Minas: “Catolicismo no Brasil contemporâneo: da politização dos anos sessenta à espiritualização dos anos noventa”.

RELATOS PESSOAIS DE DOM JOSÉ MARIA PIRES concedidos em 29/08/2001 ao Programa de História Oral da Pesquisa Institucional da PUC Minas: “Catolicismo no Brasil contemporâneo: da politização dos anos sessenta à espiritualização dos anos noventa”.